

A Implementação do Turismo no Município de Teresina de Goiás: Alienação ou Constructo Territorial?

The Implementation of Tourism in the Municipality of Teresina De Goiás:
Alienation or Territorial Construct?

Luan Ramos Gouveia ¹

 <https://orcid.org/0000-0003-3073-7241>

Rosiene Francisco dos Santos ²

 <https://orcid.org/0009-0005-2175-0745>

Thiago Sebastiano de Melo ³

 <https://orcid.org/0000-0002-6501-9146>

Resumo

Esta investigação toma como recorte espacial o município de Teresina de Goiás, localizado no nordeste goiano, no centro da Chapada dos Veadeiros, sendo um dos três municípios goianos que é abrangido pelo Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga – SHPCK e um dos cinco municípios que compõe a área do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros – PNCV. O problema desta investigação trata do domínio e apropriação do espaço pelo setor do turismo, sob a lógica de produção capitalista, e a consequente conformação de um território atravessado por contradições. Realizou-se uma abordagem qualitativa com base em revisão bibliográfica, trabalho de campo e observação participante. Como resultado, avalia-se que embora o turismo seja a grande aposta econômica para o desenvolvimento do município ele não deve reproduzir a lógica predominante dos municípios tomados como espelho/exemplo: Alto Paraíso e Cavalcante, onde há uma sistemática reprodução das desigualdades sociais pelo viés do turismo, tampouco deve ser a única área de prioridade de investimento, evitando com isso a constituição de um turismo-dependência no município.

Palavras Chave: Turismo, Chapada dos Veadeiros, Quilombo Kalunga, Soberania.

Abstract

This research focuses on the municipality of Teresina de Goiás, located in the northeast of Goiás, in the center of the Chapada dos Veadeiros. It is one of the three municipalities in Goiás that is covered by the Kalunga Historical and Cultural Heritage Site - SHPCK and one of the five municipalities that make up the area of the Chapada dos Veadeiros National Park - PNCV. The problem of this investigation deals with the domination and appropriation of space by the tourism sector, under the logic of capitalist production, and the consequent conformation of a territory crossed by contradictions. A qualitative approach was taken, based on a

¹ Quilombola Kalunga, Doutorando em Geografia, luanrgouveia@gmail.com.

² Quilombola Kalunga, Doutoranda em Antropologia Social, roseturkalunga@gmail.com.

³ Doutor de Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG), Professor efetivo no Centro de Excelência de Turismo da Universidade de Brasília- UNB, sebastianodemelo@gmail.com.

literature review, fieldwork and participant observation. The results show that although tourism is the major economic focus for the development of the municipality, it should not reproduce the predominant logic of the municipalities taken as a mirror/example: Alto Paraíso and Cavalcante, where there is a systematic reproduction of social inequalities through tourism, nor should it be the only priority area for investment, thus avoiding the constitution of a tourism-dependency in the municipality.

Keywords: Tourism, Chapada dos Veadeiros, Kalunga Quilombo, Sovereignty.

Introdução

O presente trabalho pretende aportar elementos para uma discussão crítica referente à implementação do turismo no município de Teresina de Goiás, já que há pelo menos duas décadas a atividade tem ganhado relevância para as comunidades ali residentes, influenciada pelo seu contexto de inserção, Chapada dos Veadeiros. Nas reflexões aqui apresentadas há um esforço de garantir o rigor científico, articulando teoria, conceito/categorias e os procedimentos metodológicos.

Há, no município, uma disputa desigual pela lógica/modelo de turismo que será predominante dentro de seus limites territoriais. Os sujeitos coletivos que travam as disputas concretizam os marcadores sociais, dos quais destacamos classe, raça e gênero.

De um lado, a posição das comunidades quilombolas ligadas ao Território Quilombola Kalunga, cuja lógica de interesse se pode dizer contra hegemônica ou biointerativa, para evocar Antônio Bispo dos Santos, conhecido como Nego Bispo, do Quilombo do Saco Curtume, no Piauí, tem maior compromisso com o desenvolvimento real do município, baseada em processos coletivos centrando importância no trabalho para o desenvolvimento comunitário. É possível notar essa preocupação e orientação nas comunidades quilombolas do município, que, no entanto, representa uma força bastante limitada ao se tratar das condições materiais para implementação de uma prática turística diferenciada, tendo em vista a ausência de políticas públicas efetivas para que tais posicionamentos se consubstanciem.

Por outro, se assenta o interesse de empresas, operadores de turismo e da secretaria de turismo municipal, onde impera a narrativa do desenvolvimento econômico e social por meio da geração de emprego e renda. Contudo, sob uma lógica alienante em que tudo se torna mercadoria a ser consumida garantindo a produção e concentração de riqueza e promovendo o agravamento das desigualdades sociais e a efetiva apropriação do espaço. Os bens comuns da natureza e a mão de obra disponível, os sujeitos e as culturas são tomados como mercadoria (Melo, 2021).

Pretende-se analisar as contradições presentes na atividade em implementação assentadas na lógica da produção do valor que se materializa na mediação de dominação e apropriação espacial do território e na própria hegemonização de concepções de mundo dos sujeitos.

Do ponto de vista dos procedimentos foi levantada e sistematizada a literatura especializada, bem como a realização de trabalho de campo, com foco na observação participante, na área urbana do

município Teresina de Goiás, nas comunidades Ema e Diadema no SHPCK. Foram percorridos outros espaços que se relacionam com esse debate, a exemplo da comunidade Engenho II, que também integra o SHPCK, no município de Cavalcante; e o município de Alto Paraíso de Goiás.

Este trabalho quer ser um subsídio teórico crítico capaz de provocar discussões fundamentais sobre o turismo no município. Convém destacar que as reflexões aqui expostas são coletivas na medida em que os pesquisadores são sujeitos do processo, participam ativamente dos embates aqui explorados. Assim, busca-se discutir as contradições existentes e refletir possibilidades de superação.

Recorte espacial e caracterização

A Chapada dos Veadeiros, compreende oito municípios do Estado de Goiás sendo eles: Cavalcante, Monte Alegre de Goiás, São João D'Aliança, Colinas do Sul, Teresina de Goiás, Nova Roma, Campos Belos e Alto Paraíso. O turismo está posto para toda a microrregião da Chapada dos Veadeiros, concorrendo com atividades como mineração, agronegócio, barragens. Dos oito municípios da Chapada do Veadeiros, sete fazem parte do mapa turístico do Estado de Goiás: Alto Paraíso, Cavalcante, Colinas do Sul, Monte Alegre de Goiás, Nova Roma, São João D'Aliança e Teresina de Goiás. Sendo Alto Paraíso e Cavalcante os municípios mais consolidados em termos de fluxos de visitantes e, por isso mesmo, com as contradições mais evidentes.

O município de Teresina de Goiás é o mais jovem da Chapada dos Veadeiros, sua emancipação ocorreu a partir do desmembramento de Cavalcante, em 1988. Estando localizado entre Alto Paraíso e Cavalcante, torna-se caminho de ligação entre ambos os municípios, esses que têm um fluxo de visitação turística altos para a região. Assim, Teresina de Goiás, é influenciada por essa dinâmica, no Programa de Regionalização do Turismo / Mapa do Turismo Brasileiro do Ministério do Turismo -Mtur (Brasil, 2024), a Região Turística da Chapada dos Veadeiros o município se enquadra na categoria D⁴.

Com a ampliação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (eu acho que vale a pena uma nota de rodapé com um breve histórico sobre a criação do PNCV e suas posteriores diminuições/aumentos, porque isso fala sobre a gestão de UCs no país e da lógica da terra), em 2017, o município de Teresina de Goiás, teve novas áreas incorporadas ao parque. O município ainda conta com um conjunto significativo de cachoeiras, rios, mirantes, grutas, que estão interligados com a cultura do SHPCK, o que coloca o município em plenas condições de desenvolver a atividade, o que já vem ocorrendo, mesmo que de forma tímida.

⁴ Categoria A: municípios com maior fluxo turístico e infraestrutura mais completa. Categoria B: municípios com bom fluxo turístico e infraestrutura satisfatória. Categoria C: municípios com fluxo turístico incipiente e infraestrutura básica. Categoria D: municípios com pouca atividade turística e infraestrutura limitada. Categoria E: municípios que não possuem atividade turística significativa (Brasil, 2015).

O SHPCK está localizado no nordeste do Estado de Goiás, possui área de aproximadamente 262 mil hectares, tendo dentro de seus limites territoriais 39 comunidades, abrangendo os municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás.

O território Kalunga preenche quase 50% da área total do município de Teresina de Goiás, a influência das comunidades no município é expressiva, até mesmo porque as comunidades antecedem a criação dele, mas também pelo fato de que parte considerável da população urbana e rural é quilombola. De acordo com o Censo de 2022, mais de 40% da população do município se declarou quilombola, no entanto, verifica-se que o percentual interno é ainda maior.

A criação do Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros, em 1961, foi um fator determinante para a implementação da atividade turística na região, influenciando de forma desigual, positiva e negativamente, os municípios que compõem a área do parque, mas também os demais municípios que estão próximos (Fernandes *et al.*, 2023).

Turismo e a narrativa do desenvolvimento

O turismo se tornou um importante pilar da economia mundial. No caso brasileiro essa assertiva também é válida. No turismo há um conjunto de dimensões que frequentemente são convertidas nos chamados seguimentos e recebem diferentes denominações, dentre as quais: turismo rural, ecoturismo, turismo de aventura, turismo gastronômico, turismo cultural, turismo de experiência, turismo de saúde, turismo de negócios, turismo de base comunitária. Não é objetivo desse texto debater as diferentes vertentes do fenômeno turístico, mas é importante trazer algumas definições e aproximações.

Para Melo e Souza (2011) o turismo é comumente definido como fenômeno social, e sua origem está atrelada à Antiguidade. Desenvolvendo a ideia, Melo e Souza (2011, p. 123) asseveram que “[...] como materialidade, pode-se entender a atividade como o deslocamento pelo espaço, tendo como principal referência as atividades de lazer e entretenimento; mas não só (como se pode observar pelos segmentos: “turismo de negócio”, “turismo de saúde”, entre outros) [...]”.

Surge, na referida microrregião, a partir da década de 1950, influenciada pelas características ambientais, pela mudança da capital brasileira para o planalto central e pela criação do PNCV em 1961, a atividade turística como uma modalidade de desenvolvimento sustentável. Hoje ela se afirma, por meio de seus agentes hegemônicos, como um dos principais pilares econômicos dos municípios de Alto Paraíso e Cavalcante.

Não só pela relação ambiental estabelecida por pertencer à uma unidade de conservação, mas também pela dinâmica de privatização e degradação dos bens comuns derivada do projeto societário hegemônico, a questão ambiental se apresenta como mediação fundamental deste debate. São inúmeros os trabalhos que abordam a problemática do turismo ressaltando os impactos positivos associados à atividade; o conceito de sustentabilidade aparece em boa parte deles sem um olhar crítico, como na proposta de sistematização apresentada por Paula (2015).

Todavia, é necessário refletir sobre a sustentabilidade defendida na prática turística. A defesa da preservação dos “recursos naturais”, as campanhas que dizem “não ao desmatamento”, “não às queimadas criminosas”, têm extrema importância e estão sempre associadas ao turismo e à sustentabilidade se contrapondo, no contexto da Chapada dos Veadeiros, ao desmatamento executado pelo agronegócio e às investidas das empresas de mineração.

O discurso do desenvolvimento sustentável, camufla, ou pelo menos, não torna evidente o modo predominante de turismo que está em curso na Chapada dos Veadeiros. Conforme (Gouveia, 2018; Melo, 2018; Santos R. F., 2019), tais discursos e práticas produzem impactos negativos de diferentes ordens no território, desde o trabalho alienante sem direitos trabalhistas, *comoditização* de tudo, à especulação imobiliária, além de fragilizar processos organizativos dentro das comunidades.

Nesse sentido, Lima e Almeida (2012) tecem críticas, com as quais temos concordância, referentes ao estigma de turismo sustentável comumente referendado como a prioridade para a nossa região. Ocorre que o debate não é meramente semântico. A proposição do turismo responsável pelo Ministério do Turismo em meio à pandemia de Covid-19, numa política bastante complacente com a gestão internacionalmente reconhecida como irresponsável do então presidente da república, sublinha de modo inexorável isso. Se faz fundamental compreender a materialidade das práticas e discursos no bojo dos projetos sociais que constroem.

O discurso da sustentabilidade, portanto, procura ser uma cortina de fumaça impedindo a percepção que para as comunidades locais não há nada de sustentável, pelo contrário, ocorre a perversa exploração submetendo as comunidades a um processo de colonização moderna capitalista, para usar um termo frequentemente utilizado por Haesbaert (2021).

Discutindo há uma década, Lima e Almeida (2012) ponderaram que optariam por denominar o “turismo responsável”⁵ como forma de se contrapor à lógica “implícita” no termo “sustentável”. As autoras avaliaram que seria esse, o turismo responsável, mais adequado para implementação nas comunidades quilombolas do município de Teresina de Goiás. Textualmente Lima e Almeida detalham o que entendem como turismo responsável, a saber:

O “turismo responsável” trata-se de um outro modo de visita e hospitalidade, diferenciado em relação ao turismo massificado, que valoriza pequenas cidades e povoados, as singularidades e gêneros de vida distintos que os constituem, respeitando as heranças culturais e tradições locais. Levando em conta as características das comunidades Kalunga, este “turismo responsável” é a alternativa mais adequada para sua implantação, sobretudo em Teresina de Goiás. (2012, p. 101).

⁵ Cumpre refletir sobre como, no Brasil, o termo “turismo responsável” aparece no debate público no momento pandêmico como forma de legitimar a retomada de experiências turísticas, contrariando as indicações das principais entidades sanitárias nacionais e internacionais. Evidencia-se que não se trata de uma questão meramente semântica. Antes, é necessário que os valores, sociais e individuais, as políticas públicas e a forma de organização social estejam em íntima integração com os objetivos almejados para as experiências turísticas, o que nos parece incompatível, diante das realidades históricas, com o modo de produção capitalista.

O turismo adotado não pode ser implementado dentro do município sem que a construção passe pelas mãos da população na sua mais ampla representatividade, resguardando ainda as especificidades de cada grupo. É preciso, como sugere as autoras, romper com a lógica empresarial capitalista de se fazer turismo e caminhar para um constructo contra-hegemônico dentro de uma perspectiva descolonial, como tem provocado Haesbaert (2021), que significa romper radicalmente com a produção colonizadora em que tudo se torna mercadoria a ser consumida na dinâmica da atividade turística.

Assim, busca-se discutir as transformações socioespaciais em curso no contexto da Chapada dos Veadeiros, onde estamos inseridos quando convém ao interesse do setor ou somos excluídos nos casos em que não oferecemos opções para sermos explorados. Tais transformações carregam em sua gênese um conjunto de meios pelos quais o capital se materializa em nosso espaço seja por vias do agronegócio, mineração, centrais hidrelétricas, turismo. Nos interessando por esse momento o fenômeno social turístico.

Verifica-se no contexto da Chapada dos Veadeiros, sobretudo no que diz respeito ao SHPCK, incluindo aí o município de Teresina de Goiás, a importância do turismo de base comunitária. Todavia, há uma tentativa de cooptação dos processos de construção do turismo de base comunitária por parte do setor empresarial, os quais desempenham ações interessadas, envolvendo sujeitos das comunidades para criar uma cortina de fumaça e garantir legitimidade. Assim, há um envolvimento contraditório dos sujeitos locais, sendo usados como meio para se chegar ao objetivo de exploração dos bens comuns disponíveis nesse espaço.

Existem relações estabelecidas de forma muito concreta entre representantes do setor privado e secretarias municipais, com sujeitos quilombolas. Nessa relação há um processo de “ensinar como se desenvolve o turismo de base comunitária”, sendo que os agentes externos junto às secretarias municipais de turismo, que tomam os bens comuns da natureza como mercadorias, são os responsáveis por ensinar/orientar as comunidades sobre como devem ser desenvolvidas as atividades do setor. As parcerias estabelecidas há anos carregam essa contradição. Mesmo nas experiências mais consolidadas dentro do território as operadoras, agências e demais empresas conseguem se articular e de uma ou outra forma exploram os bens comuns da natureza.

Não pretendemos ser bairristas, tampouco determinar quais sujeitos coletivos e individuais entram e saem da Chapada dos Veadeiros, mas é pertinente ponderar a existência de grupos que constroem esse território. Grupos, no plural, pois há uma diversidade de comunidades nesse contexto, a exemplo das comunidades quilombolas, presentes nos oito municípios dessa microrregião, o povo indígena Avá-Canoeiro, camponeses, ciganos, assentados, dentre outros.

Convém destacar que esta população é majoritariamente negra e pertencente à classe trabalhadora, logo a exploração precisa ser analisada sobre o prisma da classe, raça e gênero. Com a relação do turismo, são essas populações que passam a ser oprimidas, exploradas e tendo seus espaços disputados, e com frequência, comprados por investidores do ramo. Este processo, está permeado por relações de poder severamente desiguais, o que reconfigura o território (Raffestin, 1989), na medida em que vão sucumbindo o modo de fazer das comunidades locais e emergindo práticas individualistas subordinadas ao bom funcionamento do turismo, em sua face de instrumento de reprodução ampliada do capital.

No contexto da Chapada dos Veadeiros, com recorte para o município de Teresina de Goiás, a disputa espacial passa por uma crescente nas duas últimas décadas. A explicação mais convincente está relacionada à atividade turística em seu viés capitalista, derivando daí um conjunto de acontecimentos que impactam negativamente o município, a exemplo da especulação imobiliária, cercamento das terras, entre outros.

O poder público municipal, responsável juntamente com empresários do ramo, tomam como exemplo para o planejamento da atividade as experiências dos municípios vizinhos Alto Paraíso e Cavalcante. Publicamente, tecem comentários ressaltando a importância do turismo para a economia e desenvolvimento dos respectivos municípios e afirmando a urgência do despertar do município de Teresina de Goiás, para ser o próximo a “desenvolver-se” a partir da atividade turística.

Entre 2018 e 2021 ocorreu uma aproximação entre a secretaria municipal de turismo e o Ministério do Turismo, a partir da qual se impulsionou a abertura e estruturação de novos atrativos, surgindo nesse período as primeiras casas de aluguel de temporada dentro do município. Nas redes sociais e demais veículos de comunicação realizou-se um trabalho intenso dando visibilidade ao município dentro e fora da Chapada dos Veadeiros.

Apostando na possibilidade de crescimento de atividades turísticas, condutores de visitantes (guias) mudaram-se para o município nesse período se somando aos cerca de 10 condutores nativos do município. Em 2019, a Associação Quilombola Kalunga - AQK realizou um curso de formação de condutores de visitantes no município de Teresina de Goiás, na comunidade Diadema, formando novos condutores.

Nesse mesmo período, condutores de visitantes dos demais municípios da Chapada dos Veadeiros fizeram estágios nos atrativos do município, intencionando inseri-los em seus roteiros. Hoje, o município conta com um pequeno quantitativo de condutores habilitados e em exercício, trabalhando principalmente nos municípios de Cavalcante e Alto Paraíso, pois em Teresina de Goiás a visitação permanece insuficiente para manter os condutores em atividade.

Os empresários do ramo, junto à secretaria municipal de turismo, têm definido os rumos das atividades turísticas no município. Como se verifica, a prioridade tem sido o incentivo a abertura de atrativos, preparação de condutores/guias, incentivo a comerciantes, todavia, inexistente um planejamento

complexo, construído a partir do interesse coletivo, com efetiva participação popular em sua pluralidade e diversidade. Desta maneira, o turismo vai modificando o espaço segundo sua necessidade para realização do valor, sem encontrar resistência organizada que paute outro projeto de turismo para o município.

Conflitos e resistências

Contradições já são perceptíveis nesse momento, a especulação imobiliária talvez seja a mais expressiva. Para elucidar a questão convém descrever o recente loteamento, em chácaras, realizado a cerca de quatro anos às margens direita e esquerda da GO 118, no sentido Teresina de Goiás a Monte Alegre de Goiás, distante uma média de 2 km da área urbana do município. Foram vendidas, pelo menos, 30 chácaras, onde praticamente 100% dos compradores são externos ao município, os quais têm poder aquisitivo suficiente para realizar as compras. Os primeiros compradores estão subdividindo às chácaras e comercializando-as a preços, em alguns casos, três vezes superior ao que foi adquirido.

Essas chácaras estão localizadas em uma das melhores áreas do município, pelo lado esquerdo da GO 118 as chácaras são banhadas pelo rio Ribeirão, pelo lado direito, pelo rio Buqueirão. O cercamento das chácaras agora impede que a população tenha acesso aos rios, que eram utilizados com frequência, para atividades de lazer, pesca, entre outros. Um segundo problema, advindo do cercamento, é o impedimento do extrativismo de frutos do Cerrado, onde se destaca o cajuzinho do Cerrado e o pequi. Ambos fazem parte da alimentação tradicional da população, mas também são fonte de recursos para extrativistas. Nesse caso, impõe-se dificuldades consideráveis a essa categoria de trabalhadores.

A população local teria condições de comprar as chácaras? Se antes da especulação imobiliária já não era possível, agora é inimaginável. Segundo dados do IBGE (2021) a média salarial mensal do município é de 1,5 salários-mínimos, sendo um dos mais baixos do Estado e do País. Em 2020 apenas 9,8% da população estava ocupada. O último registro do Índice de Desenvolvimento Humano é de 2010, sendo novamente um dos piores do Estado e do País, representando 0.661.

Essa realidade econômica inviabiliza completamente a aquisição dos terrenos. Na ponta do processo encontram-se as mulheres, submetidas às formas mais alienantes de trabalho, isso quando o encontram. Não é difícil encontrar mulheres negras, solteiras, com filhos em trabalhos alienantes cuja remuneração mensal não ultrapasse R\$ 600,00, ou diaristas ganhando valor inferior a R\$ 50,00. É um cenário que aceita muito facilmente as narrativas desenvolvimentistas, sem muitas condições de refletir sobre e pensar outras lógicas de construção do turismo.

Em termos de preços, por volta de 2014, um alqueire de terra distante uma média de 3km a 6km da área urbana do município, custava cerca de R\$ 10.000,00, sendo que hoje essas mesmas áreas têm sido comercializadas em preço médio de R\$ 100.000,00, onde se ouve frequentemente dos proprietários “vou vender para o povo de fora, pois, a população local não tem dinheiro para

comprar”. Nas redes sociais empresas/imobiliárias, a exemplo da Mencarini, tem anunciado imóveis rurais, com área de quatro hectares, nas proximidades do meio urbano por preços a partir de R\$190.000,00. Cabe pontuar que quatro hectares correspondem a menos que um alqueire.

Os loteamentos urbanos estão passando pelo mesmo processo representando dificuldades significativas para aquisição pela população local. Terrenos que, por volta de 2014, eram vendidos a um preço médio de R\$ 5.000,00, hoje são comercializados a um preço médio de R\$ 20.000,00. Os preços dos aluguéis vão na mesma direção, casas eram alugadas em 2014 a um preço médio de R\$ 150,00, hoje, uma casa nos mesmos padrões é alugado a um preço médio de R\$ 600,00. Para um município cuja população é de 2.701 habitantes (IBGE, 2022), que na década de 1980, era conhecida pejorativamente como corredor da miséria do Estado Goiás, esses preços são demasiadamente exagerados, sobretudo, quando se contrasta com a média salarial do município.

Os sujeitos nativos da região que detém poder econômico se inserem no ramo do turismo, dando continuidade na reprodução de sua riqueza, mas esses antes mesmo de adentrarem no ramo, já não estavam no mesmo pé de igualdade da grande maioria do município em termos de poder econômico e de propriedade. Para esses, o turismo é uma oportunidade de reprodução e acúmulo de capital.

O discurso da horizontalidade da atividade turística é questionável, pois existe um número muito restrito de sujeitos com baixo poder econômico sendo inseridos na cadeia produtiva do turismo. Todavia, cabe dizer que a inserção desses ocorre de forma desigual e precarizada, basta visualizar as diferenças nas estruturas dos estabelecimentos comerciais, quando esse for o caso, mas também a própria localização deles, assim como a sua capacidade de atendimento aos visitantes, geralmente limitadas. Em suma, mesmo que haja algum nível de inserção, o que predomina é o padrão de desigualdade social outrora existente, quando não se agrava.

Em determinados casos essa inserção ocorre por meio dos aspectos culturais que o sujeito concentra, a exemplo dos sujeitos das comunidades tradicionais, que detêm um conjunto de conhecimentos e se torna interesse dos visitantes pelas narrativas personificadas que se constrói sobre esse sujeito. Logo, se torna alvo de exploração, é a mercantilização das pessoas e dos saberes. Nota-se nessa realidade uma *commoditificação* da cultura e dos sujeitos.

Há discordâncias com relação a avaliação segundo a qual a inserção de sujeitos e culturas, nessa materialidade supracitada, contribui com o fortalecimento da comunidade. Dentro de uma orientação capitalista que é a predominante na Chapada a prioridade não é um real desenvolvimento comunitário, sobretudo, quando os operadores das atividades não são os sujeitos das comunidades. Existindo nesse processo uma mercantilização dos sujeitos, seus saberes e suas culturas.

Todavia, ainda que haja um reconhecimento desse resultado ele precisa ser melhor qualificado e cada vez mais inserido dentro de uma concepção contra hegemônica. Na comunidade Vão do Moleque, há um famoso morro conhecido como Dedo do Moleque, no qual, segundo conta a

comunidade, existe um encanto no morro, e ninguém havia subido lá, era um local sagrado, no entanto, com o avanço da atividade turística o morro foi desbravado e por pessoas externas à comunidade, evidentemente, acompanhadas de pessoas da comunidade. Ou seja, o que mais importa nessa lógica de turismo é o lucro acima de tudo. Logo, essa atividade não pode ser tomada com tanto romantismo, como comumente acontece.

O poder público municipal e a própria população estão visualizando um possível desenvolvimento econômico e social do município. A narrativa que predomina é que a chegada das pessoas de fora tem gerado e ainda gerará emprego e renda, inclusive apresentando os fatos já em curso, pois em um determinado período, após as vendas das chácaras já mencionadas, tornou-se difícil encontrar pedreiros disponíveis no município, haja vista que boa parte deles estavam trabalhando nas construções das novas chácaras.

A crença no “de fora”, nas lógicas exógenas balizadas pelo imperativo do lucro e pela lógica concorrencial, representa uma marca colonial que justifica a importância dos sujeitos externos para o desenvolvimento frente à falácia da incapacidade dos sujeitos locais. Para Fanon (1968) a classe dirigente tem como sua principal característica o fato de ser “de fora”, de ser o outro.

Assim, percebem-se as marcas coloniais que operam subjetivamente nos discursos que defendem a importância do investimento de terceiros para o desenvolvimento local. Essa é uma prática constante do Estado brasileiro, de buscar investimentos estrangeiros com a justificativa de fortalecer a economia do país. Conduta que também é adotada nos municípios interioranos do país. Considerando o histórico de Alto Paraíso e Cavalcante, serão os investidores a ter reais vantagens nesses investimentos, enquanto a população local estará a cargo de ser a mão de obra precarizada que fará a engrenagem girar. Observa-se que a lógica de desenvolvimento capitalista se faz presente com contundência no município por meio de um grupo que expressa poder e produz um território para realização do capital, alienando e subordinando a lógica mais comunitária do município. Na última eleição municipal já se verificou a presença desses sujeitos na política do município se colocando sobre ela como agentes decisivos. Fica a pergunta: qual seria, para eles, a contrapartida? Contribuir com a implementação dos projetos de expropriação e despossessão?

As narrativas comerciais, apresentadas nas mídias, que exaltam as belezas naturais da Chapada dos Veadeiros, e conseqüentemente um lugar que possibilita uma melhor qualidade de vida, acaba por mobilizar um determinado público a se interessar pela região. Todavia, esse discurso de lugar de descanso, atrai um tipo de investimento e visitantes que age na contramão dos interesses locais, como se confere em grande parte das localidades onde predominam segundas residências.

No entanto, a política que orienta todas essas ações precisa ser objeto de nossa investigação, sendo assim a pretensão é compreender a raiz do problema cujos fatos nos levam a atribuir à atividade turística em seu viés capitalista um potencial gerador de contradições profundas em um futuro próximo no município.

A classe trabalhadora do município, submetida a essas condições, não tem no presente momento uma organização capaz frear o projeto, mesmo em sua fase prematura, e oferecer uma alternativa mais viável, até mesmo porque, como se observa no dia a dia, estão, em parte, encantados com a proposta do desenvolvimento turístico apresentado pelas narrativas, acreditando que estarão incluídos de forma positiva nos resultados da atividade.

Mas qual é a perspectiva desses sujeitos? A propaganda de geração de emprego e renda em um município cuja renda das famílias é absolutamente baixa tem um nível considerável de aceitação. O fato de ter um emprego, independente da ocupação, do nível de alienação e da precarização do trabalho, se constitui em um avanço para essas famílias, pois a pouca presença do Estado para garantir o básico torna-se um ambiente propício às narrativas do desenvolvimento. Como disse Antunes, é o privilégio da servidão (2018).

Apresentar a discussão desse texto significa assumir uma posição desconfortável pelo risco de ser incompreendido e taxado como entrave ao desenvolvimento ou demonizador da atividade turística. Todavia, seria deprimente refletir sobre a realidade em construção e não ressaltar as contradições que ela suscita.

Como destacam Gouveia (2021), Melo (2018) e Santos (2021) os moradores locais, da Chapada dos Veadeiros, geralmente, participam da atividade turística na condição de jardineiros, guias, camareiras, cozinheiras, garçons, recepcionistas, motoristas, carpinteiros, pedreiros, ajudantes, em boa parte dos casos sem direitos trabalhistas e empregos alienantes. Sendo que os salários recebidos por esses, não é suficiente nem mesmo para almoçar no restaurante que trabalham ou visitar uma cachoeira. É esse mesmo modelo que se procura implementar no município de Teresina de Goiás.

De espaços quase coletivos passamos a ver o estabelecimento de cercamento das terras, instituindo limites, impondo seletividade para o uso dos espaços, ou mesmo seu vedamento total, com cercas e muros impeditivos até mesmo ao trânsito da fauna. Assim, se coloca um paradoxo, por um lado, uma insistência sistemática para a vinda de mais visitantes (aumento do número de turistas) para visitar a Chapada e experienciar a riqueza desse lugar, com isso melhorar os ganhos, por outro lado, há a privação do convívio neste espaço por parte dos que aqui sempre habitaram e contribuíram com sua preservação.

O município de Alto Paraíso é emblemático nesse sentido, tais realidades são demasiadamente explícitas e contam com mão de obra importada de diferentes municípios da Chapada dos Veadeiros, sendo um deles Teresina de Goiás. Esses trabalhadores relatam que as condições de trabalho são precárias, ainda assim, é vantajoso ir, pois as diárias são superiores às pagas em seus respectivos municípios, quando encontram trabalho, visto que a realidade é a de desemprego.

Mas quem são esses trabalhadores? Geralmente a população nativa, pessoas negras em sua maioria, homens e mulheres de todas as idades. Mas com forte presença de quilombolas das comunidades Kalunga, também da comunidade quilombola do Moinho, como verificamos em campo.

Para que seja viável permanecer em Alto Paraíso e São Jorge, pelo menos duas alternativas são adotadas: uma, morar em quartos de depósitos das pousadas e restaurantes, por exemplo; outra, alugar casas para moradia coletiva, pois não há possibilidade de alugar uma casa sem adotar essa forma pelo alto preço dos alugueis e demais itens básicos.

O desenvolvimento a partir das atividades características do turismo é encarado como a melhor alternativa para região, em que se estabelece comparações com a produção agrícola do agronegócio, mineração, centrais hidrelétricas, ressaltando a positividade do turismo sobre elas, justificando pelo ganho econômico, a horizontalidade dos ganhos, e também pelo estigma da sustentabilidade do setor, tão cara à Chapada dos Veadeiros.

Corroborando com Melo e Souza (2011) o trabalho tem centralidade no processo de produção, na cadeia do turismo não é diferente, a apropriação do trabalho feita pela sociabilidade capitalista torna os sujeitos meras mercadorias. Conforme Melo e Souza, (2011, p. 127) “Ao inserir uma nova centralidade nos processos de sociabilidade se consolida uma nova lógica de reprodução social, considerando que o trabalho como realização do sujeito, consubstancia nova mediação entre meios de produção, natureza e existência”.

Assim, o trabalho deve ser tomado como centralidade e desenvolver outra lógica de sociabilidade contra-hegemônica retirando a importância da mercadoria e ressaltando projetos coletivos, em que o fim não seja o ganho econômico, mas a garantia da relação harmoniosa dos sujeitos com os bens comuns da natureza, tendo como exemplo consolidado, o modo de fazer das comunidades quilombolas, sistematizado teoricamente por Santos (2019) ao desenvolver o conceito da biointeração.

A produção dessa realidade é um processo histórico que está em curso, marcada no tempo e no espaço, sua direção pode ser recalibrada, a depender da correlação de forças entre os poderes produtores dessas marcas. Significa dizer que apesar de 500 anos de exploração exacerbada da classe trabalhadora, observando aí os elementos de raça e classe, e dos bens comuns da natureza, a realidade pode e deve ser transformada.

As comunidades quilombolas como um importante elemento para direcionar o fazer turístico do município

No município há uma área específica em que o capital encontra dificuldades para se estabelecer: as comunidades quilombolas Kalunga. O primeiro inventário turístico realizado no município, na gestão de 2013 a 2016, sequer menciona as comunidades quilombolas. Posteriormente, quando são incluídas, são tomadas meramente como mercadorias, não só os bens comuns da natureza, mas os sujeitos quilombolas.

O Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o decreto presidencial 4.887 de 2003, reconhece o direito à terra às comunidades quilombolas. Tais normativas, somada à convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho - (OIT) cuja

prerrogativa define que os governos devem proteger essas comunidades, além da obrigatoriedade de realização de consulta livre prévia e informada contribui para a defesa de seu território e garante algum nível de autonomia.

Na prática não se realiza como deveria, pois o estado burguês tem compromissos a defender, especialmente quando está ocupado por um governo autoritário e racista. Mas em alguma medida as normativas contribuem no processo de resistência, pois são estes os mecanismos legais que as comunidades têm em sua garantia para pressionar o governo. Assim, as comunidades gozam de certa autonomia em suas terras, mesmo que não seja de forma absoluta, mas que dificulta a implementação de projetos econômicos demasiadamente conservadores em suas comunidades.

Referente a esse último fato há um embate presente, pois existe um grupo de interessados no turismo da região, vale dizer que são operadores/donos de agências, os quais pretendem e em alguma medida o fazem, anunciar os próprios sujeitos quilombolas como produtos turísticos. Ou seja, é uma mercantilização em que os sujeitos, a cultura, o sagrado, vão sendo tomados para alimentar a ganância capitalista. Lamentavelmente, a presença do dinheiro gera problemas nesse âmbito, haja vista a alienação imposta às populações.

Nesse sentido, a resistência como elemento garantidor da vida é que o corpo pode ser entendido também como território, mas não de forma apriorística, e sim como resultado das relações de poder exercidas no espaço para garantia da existência. A contraposição a essa lógica de tornar os sujeitos em mercadoria a ser consumida precisa ser aprofundada, o que não faremos nessa ocasião, no entanto, é louvável ponderar que existe resistência nessa lógica, muito embora ainda ocorra a exotização dos sujeitos. Enfrentar essa condição é expressar poder e conformar um território em que o interesse da comunidade seja vibrante.

Talvez uma marcante diferença entre essas concepções refira-se ao fato de que por um lado as corporações capitalistas olham para os bens comuns da natureza disponíveis em nosso espaço geográfico como recurso a ser usurpado a qualquer custo, por outro lado, as comunidades tomam esses bens comuns como garantidores da vida, a agricultura praticada nas comunidades, por exemplo, não tem como fim a exploração ilimitada do solo sob jugo da comercialização, pelo contrário, a prioridade é a subsistência, isto é, a garantia da vida.

O próprio surgimento dos quilombos tem a premissa de forjar o modo de vida livre, longe da presença dos usurpadores escravocratas. Os processos organizativos e coletivos, logo foram fundamentais, a grande questão era a garantia da existência da vida em primeiro plano, talvez em segundo plano a garantia da vida livre, portanto, atuavam na contra colonização do sistema, processo que se verifica em nossos dias no enfrentamento à lógica de turismo predador.

Não significa afirmar que o território esteja livre da lógica de turismo das corporações. A atividade turística que as empresas privadas realizam dentro território, inserem nas comunidades uma carga ideológica materializadas nas práticas da produção do valor, o que Melo (2018) define como

reprodução e atualização da metanarrativa capitalista. Implica dizer, que esse mecanismo de atuação das empresas modifica os modos de vida das comunidades, substituindo um comportamento coletivo, por um comportamento individualista no modo de fazer turístico, todavia isso não ocorre sem resistência.

O desafio da AQK, responsável legal por todo o quilombo, é construir um turismo anticapitalista nas comunidades interessadas na atividade. Todavia, as empresas realizam suas operações desconsiderando o esforço realizado pela AQK, em organizar o território, assim as corporações e as comunidades entram em profunda contradição.

Com a atuação das empresas se articulando com famílias pontuais dentro do território sob uma lógica predadora e individualista, o trabalho da associação se torna demasiadamente árduo. Esta lógica de atravessamento não diz respeito apenas às empresas do setor, mas está presente nas ações das instâncias governamentais estaduais e municipais, como constatado em atividade de campo e apresentado adiante.

No dia 03 de setembro de 2022, realizou-se um trabalho de campo na comunidade Engenho II, em Cavalcante. O planejamento do campo, previamente organizado, envolveu: Faculdade de Turismo da UnB; Associação Quilombo Kalunga – AQK; Associação Kalunga Comunitária do Engenho – AKCE, e a comunidade do Engenho II.

A atividade consistiu em conhecer a comunidade, para os que não a conheciam, e os seus aparelhos turísticos, que compreendem: restaurantes, lanchonetes, pousadas, camping, pizzarias, Centro de Atendimento ao Turista-CAT, entre outros. Esta comunidade tem um dos atrativos mais famosos do Estado, conhecida nacionalmente e internacionalmente, a cachoeira Santa Bárbara, além de duas outras cachoeiras de beleza incomensurável, Capivara e Candaru. Realizou-se também uma roda de conversa, na escola da comunidade, com professores, moradores, lideranças, contando ainda com a presença da secretária municipal de turismo.

Na comunidade observou-se a significativa mudança na paisagem com a construção dos aparelhos turísticos, isto é, as estruturas construídas para atender os visitantes. Notou-se que há um crescimento no número de estabelecimentos, revelando o crescente envolvimento da comunidade nas atividades turísticas. Outros comércios abrem por força dessa dinâmica, como açougues e minimercados.

Durante a roda de conversa notou-se nas falas da comunidade a importância do turismo para a economia da comunidade e do território como um todo. Diminuiu significativamente a dependência da comunidade do poder público municipal, estadual e federal. No sentido de que com autonomia financeira resolvem questões de saneamento dentro da comunidade, como encanar água para as residências, constroem e reformam estradas, empregam trabalhadores com carteira assinada, auxiliam os quilombolas em tratamento de saúde, contribuem com os estudantes do território quando apresentam demandas de forma coletiva.

A renda do turismo, que é gerida coletivamente pela Associação Kalunga Comunitária do Engenho II – AKCE (Santos, 2016; 2019), não fica exclusivamente assentada na comunidade Engenho II, há um olhar para a totalidade do território e o recurso é descentralizado atendendo demandas de outras comunidades do território. A AQK, responsável pela gestão de todo o território, apresenta as demandas financeiras para a AKCE, a qual não impõe dificuldades para liberação do recurso quando o tem em caixa.

A secretária de turismo do município defendeu a necessidade de avançar com o desenvolvimento da atividade dentro do quilombo. Se apresentando como parceira do território e se colocando à disposição para apoiar as iniciativas. Também mencionou projetos que já atuam dentro do território na perspectiva do turismo, citando uma parceria com uma Universidade dos Estados Unidos. No dia 04 de setembro de 2022, a visita se realizou na comunidade Ema no município de Teresina de Goiás, onde o turismo não é uma atividade consolidada, considerada por muitos inexistente. A atividade foi semelhante à realizada na comunidade Engenho II. Começando pela roda de conversa com a comunidade, realizada no Colégio Estadual Quilombola Kalunga III, onde participaram professores da escola, comunidade, lideranças e a secretaria municipal de turismo.

Nas falas da comunidade verificou-se o interesse para implementação da atividade, apresentando a existência de espaços/aparelhos como restaurantes, bares, chalés, museu, construídos com a finalidade de atender possíveis visitantes. Com pouca regularidade chegam visitantes à comunidade para almoçar, na maioria dos casos são visitas previamente agendadas.

A comunidade ainda destacou atrativos que seriam importantes para o desenvolvimento da atividade, como vários pontos no rio Ema, sendo este o rio de água mais aquecida de toda a Chapada, propício à um prazeroso banho. Ainda mencionou as atividades culturais como possibilidade, além das escrituras rupestres que ainda estão sendo analisadas por estudiosos da área. Destacou ainda o museu inacabado de tia Lió, importante liderança comunitária, parteira, sendo ela uma referência para todo o território.

A secretária de turismo municipal, por sua vez, realizou falas que elevaram a temperatura da roda de conversa. A princípio verbalizando que o turismo é a principal alternativa para o desenvolvimento econômico do município, perceptivelmente, reproduzindo as narrativas do desenvolvimento colonizador. Argumentou ainda, que no município as comunidades quilombolas representam o maior potencial para desenvolvimento do turismo, mas que para se consolidar é preciso “abrir as portas para os de fora”.

Destacou-se as expedições realizadas no rio Paranã, passando pela Comunidade Diadema do Quilombo Kalunga. Necessário ponderar que esta operação se realiza sem um envolvimento integral da comunidade, envolve pontualmente alguns sujeitos quilombolas, os quais são alimentados por um processo organizativo individual, certamente fragilizando a capacidade organizativa do território do

ponto de vista de uma construção coletiva da relação social do turismo. Essa observação não é uma personificação, mas uma avaliação do desdobramento desse modo de se fazer.

Referente a essa atividade, o diretor de turismo afirmou que a empresa X, responsável pela operação, era bem-intencionada, e contribui há anos para o desenvolvimento das comunidades. A discussão não está no fato da empresa se apresentar como parceira, mas se assenta na lógica de turismo que se implementa. A secretaria continuou afirmando que para um melhor desenvolvimento a comunidade precisava aproveitar o “ouro” de seu território, referindo-se ao atrativo Funil do rio Paranã, explorando-o e destravando o desenvolvimento, gerando emprego e renda.

Por outro lado, a comunidade rebateu tais colocações fazendo afirmações com uma percepção diferente, a partir do seu modo de fazer. Pontuando a importância do turismo como uma ferramenta de fortalecimento dos vínculos comunitários, da cultura, da proteção integral do quilombola, exercendo seu constructo territorial a partir das relações sociais. Assim, membros da comunidade, afirmaram ser inadequada a entrada das empresas com canoas, botes, pelos canais fluviais com turistas/clientes.

A comunidade ainda apresentou argumentos de que precisam ser protagonistas da construção do turismo, pois sabem trabalhar de forma responsável, não tomando os bens comuns da natureza como meras mercadorias. Ressaltando que sujeitos e culturas não serão vendidos como mercadoria em favor de operadoras e agências. Contraporiam a narrativa da falta de emprego na comunidade afirmando que há muito trabalho no quilombo, no entanto, a ausência de políticas públicas de valorização dos saberes e fazeres tradicionais, de fortalecimento da produção é um dos motivos das dificuldades enfrentadas com relação ao trabalho.

Nesses termos, a comunidade afirmou enfaticamente que dentro do território o turismo não se realizará para atender o interesse de empresas, senão, para construir soberania territorial. Pontuou-se ainda que na região da Chapada dos Veadeiros não há experiência de turismo construída com princípios comunitários como se verifica na comunidade Engenho II, e que esse modelo deveria ser tomado como espelho para o fazer turístico nessa microrregião.

É nessa relação de conflitos e contradições que por um lado empresas penetram e se apropriam dos espaços no município. Isso se deve ao fato de as empresas tomarem o território como espaço, negando assim o poder que as comunidades exercem sobre o espaço a partir de suas relações sociais. Mas por outro lado, é nessa mesma dinâmica que as comunidades se afirmam como território, inclusive criando alternativas ao modelo predador de turismo.

Há uma centralidade aqui, ler e interpretar o espaço considerando o fazer descolonial, significa compreendê-lo, para transformá-lo à luz do entendimento atual de como devemos construir o presente e o futuro erradicando totalmente toda e qualquer forma de exploração que se coloca no município (Haesbart, 2021).

Para tanto, Santos (2019) nos indica uma possibilidade a partir do modo de vida das comunidades quilombolas e demais comunidades tradicionais, ou seja, a solução não está no norte global, pelo contrário, a desigualdade fora produzida e mantida pela orientação política dessa região.

Sendo assim, convém destacar, como supracitado, a biointeração, desenvolvida teoricamente por Santos (2019), lastreada na realidade das comunidades, pode ser um caminho promissor. Ou seja, há experiências consolidadas que podem lançar luz sobre tais gargalos. Veja que as comunidades quilombolas Kalunga desenvolveram um modo de vida durante os últimos três séculos, em que pelo menos dois desses, o contato com as cidades foi restrito, logo o Estado nada garantia a essas populações.

Apesar da ausência do Estado essas comunidades desenvolveram um modo de vida onde se produziu conhecimento diferenciado destacando a produção de alimentos nas roças de toco, a medicina tradicional, o conhecimento das parteiras, a cultura, entre outros. A paisagem do território permite compreender a inexistência de uma lógica predadora de mercantilização dos bens comuns da natureza e dos sujeitos com suas culturas.

Evidentemente, a superação do modelo em curso é tarefa demasiadamente árdua, tendo em vista o enfrentamento ao sistema capitalista de produção. Aqui cabe uma observação, há no conjunto da sociedade, uma "tentação" em olhar para os problemas do município e apontar a solução reproduzindo a narrativa do turismo sob a ótica hegemônica, permitindo o apontamento a internalização da lógica dominante de desempenho da atividade.

A relação das comunidades com a universidade expressa uma possibilidade de aquilombar com a universidade (Melo, Rodrigues, 2024), cujo sentido preciso se depreende da materialidade que subsidia esta reflexão, realizada por um jovem e uma jovem quilombola cursando seus doutorados em diálogo com um parceiro de pesquisa e ações. Nosso compromisso é construir junto e, concomitantemente, estabelecer diálogos francos e fraternos que exponham e elaborem sobre as contradições postas, cumprindo os desígnios de uma universidade comprometida com a população, na qual a própria população seja agente da elaboração teórica e da intervenção, como neste caso.

Considerações finais

Nessa rápida recuperação, algumas questões são elementares. Uma delas é o papel do Estado atuando conjuntamente e coordenadamente com as empresas, com uma percepção do município e das comunidades como um lugar atrasado, e que, portanto, requer um investimento do setor privado para solucionar o problema do “atraso”. Na prática a proposta é de espoliação das vidas e conformação de um território cada vez mais alienado.

Diante do exposto verifica-se que o projeto de turismo desenhado para o município de Teresina de Goiás, tem como fundamento a lógica predadora, individualista e excludente, construída com base no trabalho braçal e precarizado da população nativa. Excluindo esses sujeitos do direito ao

lazer em seus espaços de origem, tendo em vista as condições econômicas e ocupação maçante em mais de um emprego alienante na cadeia do turismo.

Nesses termos, predomina a lógica de reprodução do valor atendendo a agenda do setor privado sustentada pelo poder público municipal que toma as experiências dos municípios vizinhos Alto Paraíso e Cavalcante, sem realizar uma reflexão profunda sobre suas contradições. Outro agravante é a ausência de participação popular nas tomadas de decisões no que se refere à atividade.

A ausência de políticas públicas direcionadas a atividade de modo que ofereça condições efetivas para a participação da população na atividade é mais um agravante que contribui com o setor privado, alimentando a crença que o “de fora” trará a solução para os problemas sociais e econômicos do município.

Verifica-se ainda que a experiência turística da comunidade Engenho II, bem como as perspectivas comunitárias das comunidades quilombolas do município, deveriam ser tomadas como ponto de partida de discussão de um outro modelo possível. Não se trata de suplantar realidades, mas de estudar perspectivas que se pautem por alternativas coletivas e emancipatórias.

Referências

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Municípios são agrupados em cinco categorias**. Brasília: Ministério do Turismo, 2015. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=81:municipios-sao-agrupados-em-cinco-categorias&catid=17&Itemid=121. Acesso em: 15 out. 2024.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Tradução Ligia Fonseca Ferreira, Regina Salgado Campos. - 1ª ed. - Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

FERNANDES, Ailson da Silva; ET AL (ORG). **Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros: impactos na economia e sociedade de Alto Paraíso de Goiás e Nova Roma**. In: Revista Foco / Curitiba (PR) / v.16.n.5/e1764/01-13/2023.

GOUVEIA, L. R. **Dificuldades organizativas da resistência quilombola**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina** / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021. Libro digital, PDF.

HARVEY, D. **O novo imperialismo: acumulação por espoliação**. São Paulo: Loyola, 2004.

LIMA, Luana Nunes Martins de e ALMEIDA, Maria Geralda de. **A identidade territorial Kalunga e perspectivas para o desenvolvimento do turismo nas comunidades Diadema e Ribeirão**. Revista Territorial - Goiás, v.1, n.1, p.88-111, jul./dez. 2012.

MELO, Thiago Sebastião de.; Rodrigues, Milena Manhães. **Aquilombar com a universidade: apontamentos sobre turismo de base comunitária como elemento de fortalecimento de territórios quilombolas**. Revista LatinoAmericana de Turismologia - Juiz de Fora, 2024.

MELO, Thiago Sebastião de. **Turistificação e Existência no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga: Notas para uma análise calcada na totalidade**. In: Fundação Universidade Federal do Tocantins. Anais do 2º Seminário Virtual: Perspectivas críticas sobre o trabalho no Turismo, de 18 a 20 de agosto de 2021. / Coordenação Geral: Angela Teberga de Paula e Iraneide Pereira da Silva. – Arraias, TO: UFT, 2021. 301 p.

MELO, Thiago Sebastião de. Solvitur ambulando: uma viagem rumo à autodeterminação popular: análises da turistificação da existência e modernização dos territórios como componentes da metanarrativa capitalista. 2018. **Tese** (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais (Iesa), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/9292>. Acesso em: 10 abr. 2020.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização Quilombos: modos e significações**. Edição: 02. 2019. Editora: Ayô. 106 f.il.

SANTOS, Rosiene Francisco dos. **Turismo e suas faces na comunidade Kalunga Engenho II**, Cavalcante - GO. Goiânia. 2016.

SANTOS, R. F. **Quilombo Kalunga Comunidade do Engenho II: limites e possibilidades para o turismo**. 2019. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/37857/1/2019_RosieneFranciscodosSantos.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.



Este artigo está disponível em acesso aberto sob a Licença Creative Commons Attribution, permitindo uso ilimitado, distribuição e reprodução em qualquer formato, desde que a obra original seja devidamente creditada.